


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003792-71.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**
 Requerente: **Silvia Helena Venanzi**
 Requerido: **Zulmira Garcia Venanzi**

Justiça Gratuita

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Vistos.

SILVIA HELENA VENANZI (*única herdeira descendente, conforme se depreende da certidão de fls. 6*) requer concessão de alvará para levantamento, junto ao INSS, dos valores referentes ao resíduo do benefício (*NB: 21/1036062845*) deixados pelo falecimento, em 16 de março de 2015, de sua genitora **Zulmira Garcia Venanzi**, que era viúva.

Com a inicial vieram os documentos necessários à instrução do pedido.

Não há interesse a ser defendido pela douta Curadoria.

É O RELATÓRIO.
D E C I D O.

O ofício de fls. 9 indica que não existem dependentes habilitados em nome da falecida junto ao INSS.

Conforme esclarece a inicial a requerente necessita do alvará para os fins ali mencionados, que não conseguiria obter sem estar respaldado em respectivo provimento jurisdicional.

Por tais fundamentos, hei por bem deferir o alvará (com prazo de 90 dias) em nome de **SILVIA HELENA VENANZI** para levantamento, junto ao INSS, dos valores referentes ao resíduo do benefício (*NB: 21/1036062845*) em nome da falecida **Zulmira Garcia Venanzi**.

Em prestígio ao princípio da celeridade processual deverá o(a) patrono(a) da parte interessada providenciar a impressão da **presente sentença** diretamente no sítio do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a qual assinada digitalmente por mim e cuja veracidade pode ser conferida no *site* "www.tj.sp.gov.br", no ícone "Conferência de Doc. Digital", **valerá** como alvará e terá validade de 90 (noventa) dias, **dispensada a prestação de contas ao juízo e a impressão pela serventia**. Oportunamente, providencie-se a extinção perante a rede executiva do TJ e arquivem-se os autos (ainda que não retirado o instrumento).

P.R.Int.

São Carlos, 06 de maio de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA